

Coluna do Castello

ANC A Constituinte elegerá o vice

A missão do ministro Paulo Brossard que se inicia hoje pelo Paraná é fruto de iniciativa do presidente da República e inclui, entre os itens de conversação, pelo menos um tema importante: a possibilidade de ser eleito pela Constituinte, depois de votada a Constituição, um vice-presidente da República, à semelhança do que ocorreu em 1946. Naquela data, o presidente Dutra, eleito em pleito convocado por lei da ditadura, não tinha companheiro de chapa, não previsto. No entanto, a Assembléia Nacional Constituinte decidiu criar o cargo de vice-presidente e, nas disposições transitórias, incumbiu-se ela mesma de eleger, por ser inadequada a realização de eleição direta para escolha de um titular com expectativa de mandato. O escolhido foi Nereu Ramos.

A preocupação do presidente José Sarney reflete uma cuidadosa visão das situações futuras e a identificação da necessidade de, na hipótese de permanecer no posto por cinco ou seis anos, ter à sua retaguarda um sucessor para qualquer hipótese. O presidente da Câmara, como se sabe, apenas substitui o presidente nas suas ausências eventuais, mas não o sucede. Se a ausência for definitiva, por renúncia, morte ou impedimento, deverá convocar em 30 dias eleição do novo presidente, em circunstâncias que eliminariam por inelegibilidade as soluções mais recomendáveis.

Sendo da alçada da Constituinte decidir sobre o assunto, até mesmo porque está a seu alcance alterar o sistema presidencialista de governo pelo sistema parlamentarista, entende o presidente, representado por seu ministro da Justiça, que o tema deve ser posto desde já por intermédio dos governadores eleitos juntamente com o Congresso-Constituinte. É uma sugestão a fazer-se sem intenção de interferir na soberania da Constituinte. Nesse capítulo, entende o Sr Paulo Brossard que a soberania refere-se a um contexto histórico e social que não pode ser alterado, como por exemplo as dimensões territoriais do país, a Federação, a República e outros condicionantes da realidade brasileira.

Em matéria constitucional, o ministro da Justiça acha que a elaboração do novo texto deve ocupar um tempo relativamente curto, de duração não predeterminada mas previsível. Mais da metade de uma Constituição resulta de consenso já existente como divisão de poderes, declaração de direitos e tudo quanto diga respeito à tradição do direito público brasileiro. O que for polêmico deverá ser examinado com mais profundidade, abrindo-se o amplo debate e, discutidas diversas alternativas, ir ao voto. Prevê o experiente ex-parlamentar que ao projeto que resultar do trabalho da comissão constitucional se apresentarão milhares de emendas que passarão pelo crivo da comissão já preparada pelo consenso de que resultou o projeto.

O problema da unidade da mesa da Câmara e da Constituinte parece ao ministro Brossard essencial e irredutível, se se quer trabalhar racionalmente. Pouco importa qual o presidente ou qual a mesa que for eleita para a Câmara, o importante é que esse presidente e essa mesa sejam os mesmos da Assembléia Constituinte. Do contrário a Constituinte seria uma espécie de hóspede do Congresso e hóspede para cuja acomodação careceriam instalações materiais adequadas.

Também quanto aos trabalhos legislativos, o ministro da Justiça não vê dificuldades em estabelecer a prioridade para os trabalhos constituintes, não sendo difícil a solução da ação do Congresso. Difícilmente haverá projetos de lei enquanto se elabora a Constituição, a não ser que o governo, por urgência, necessite de propor projetos ao Congresso. Pode-se imaginar que tal coisa não ocorreria mais de uma vez por mês e há nesses casos disposição constitucional e regimental que assegura a delegação interna a comissões para legislar. Em última hipótese poderia o chefe do governo recorrer a decretos-leis, cujo número seria condicionado pela vigilância dos constituintes.

Esses assuntos e outros do interesse dos governadores e relacionados com uma ação coordenada dos governos estaduais e federais, tais como discriminação de rendas e reforma tributária, poderiam ser objeto de livre exame nas conversas que esta semana se realizarão no Paraná (escolhido como ponto de partida pela viagem do governador Alvaro Dias ao exterior, dia 9), Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Encarece o Sr Paulo Brossard que sua missão importa inicialmente numa deferência do presidente aos governadores, pois é em nome do chefe do governo federal que visitará os novos governadores, fato que acontece pela primeira vez na República. O governo central não tem a propor sobre duração do mandato presidencial, mas os governadores serão livres de tratar desse assunto e de outros que estejam nas suas preocupações políticas.

Onde chegar, o ministro da Justiça visitará inicialmente os governadores com mandato expirante.

O novo secretário de Imprensa

O presidente José Sarney teria um nome em mente para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, o do jornalista Getúlio Bittencourt, da Gazeta Mercantil.